

A ALA LIBERAL DA ASSEMBLEIA NACIONAL (1969-1973) Um perfil sociológico(*)

Tiago Fernandes

Introdução

A *Ala liberal* foi um agrupamento parlamentar que surgiu durante a última fase do *Estado Novo*, o período vulgarmente denominado por “Marcelismo”. Constituída por um grupo de deputados da X legislatura da Assembleia Nacional (1969-1973), defendia a transformação pacífica e gradual das estruturas do regime autoritário no sentido de uma democracia. Como afirmava Francisco Sá Carneiro, o seu objectivo era “conciliar a liberdade com a ordem, o progresso com a segurança, o desenvolvimento com a justiça”, “sem quebra da ordem pública”, e recusando que “a revolução” fosse “a única forma de nos fazer sair do marasmo político”.¹

Este novo agrupamento político procurou afirmar a sua autonomia em relação quer aos restantes sectores da oposição quer aos apoiantes do regime, rompendo com o que José da Silva designava de “velho esquema oposição-situação”.² Para os deputados “considerados mais liberais”, “a vitória” da União Nacional nas eleições de 1969 significava um “voto numa esperança de (...) renovação necessária” e um sinal de “pluralismo desejável e sadio”.³ E para que esse “pluralismo” fosse um efectivo agente de mudança política na direcção “de uma via democrática (...) segundo o modelo europeu ocidental”,⁴ acrescentava Francisco Pinto Balsemão, era também necessária a “instauração de partidos políticos”.⁵

Assim, no período que vai de 1969 a 1973, podemos observar como um conjunto de deputados procurou afirmar-se como um novo sector político. O estudo desta “terceira força”⁶ — designação dada pela oposição socialista — é, por isso, um elemento essencial no estudo da dinâmica política do período da liberalização marcelista. Um traço importante que singulariza a *Ala liberal* é o facto de ter emergido no seio de uma instituição do regime, a Assembleia Nacional. Na verdade, a *ala liberal* configura um tipo particular de oposição aos regimes autoritários, designada *semioposição*. Na formulação de Juan Linz, esta é formada por “grupos que têm uma quota-parte no governo ou na estrutura do poder político, mas que se opõem a alguns dos seus aspectos [...] estando em parte ‘fora’ e em parte ‘dentro’ do poder”.⁷ São grupos que “advogam diferentes (...) políticas públicas” e que inicialmente apoiam o regime, mas com a intenção “de atingirem objectivos que não são partilhados pelos seus parceiros de coligação”.⁸

O estudo que agora se apresenta procura estabelecer as características

Tiago Fernandes, Departamento de História das Ideias e Estudos Políticos/Secção de Ciência Política, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL.

sociológicas deste grupo e lançar um conjunto de hipóteses sobre a génese da *semioposição* em Portugal. Quais foram os canais privilegiados de recrutamento dos deputados da *ala liberal*? Que traços partilham que lhes tenham facilitado uma acção política conjunta? O que os diferencia dos restantes sectores da elite política do regime?

Para responder a estas questões, os 130 deputados da Assembleia Nacional foram agregados em dois conjuntos: a *ala liberal* (19 deputados)⁹ e o que designámos por *outros deputados* (111 deputados). Esses dois conjuntos foram de seguida submetidos a uma comparação sistemática em torno de seis variáveis de caracterização: idade, local de nascimento, formação académica, estatuto profissional, carreira política e filiação em associações.¹⁰ Os argumentos desenvolvidos a partir da análise comparativa desta informação de teor quantitativo¹¹ foram depois complementados e reforçados com fontes qualitativas que pudessem de algum modo revelar a percepção que os deputados da *ala liberal* tinham da forma como os seus próprios percursos individuais influenciaram o seu posicionamento político.¹²

Estrutura etária

Um traço distintivo dos deputados da *ala liberal* é o seu perfil etário mais jovem (quadro 1). Na verdade, a sua média de idades é de 41,6 anos e a dos *outros deputados* é de 50,5 anos.

Esta diferença etária é também realçada se compararmos o peso relativo das várias categorias etárias. Assim, apesar de em ambos os grupos predominar a faixa

Quadro 1 Perfil etário

Grupos de idade	<i>Ala liberal</i>		Outros deputados		X legislatura (1969-1973)	
	N	%	N	%	N	%
< 30	1(a)	5,3	1	0,9	2	1,5
30-39	7(b)	36,8	9	8,1	16	12,3
40-49	8(c)	42,1	45	40,5	53	40,8
50-59	3d	15,8	38	34,2	41	31,5
> 60	—	—	18	16,2	18	13,8
Total	19	100,0	111	100,0	130	100,0
Média (anos)	41,6		50,5		47,8	

Notas: (a) João Bosco Mota Amaral: 26 anos; (b) Alberto Alarcão e Silva: 38 anos; Francisco Pinto Balsemão: 32 anos; Francisco Sá Carneiro: 35 anos; Joaquim Magalhães Mota: 34 anos; Joaquim Pinto Machado: 39 anos; José Pedro Pinto Leite: 37 anos; Tomás Oliveira Dias: 36 anos; (c) António Henriques Carreira: 43 anos; João Ferreira Forte: 46 anos; Joaquim Macedo Correia: 41 anos; José Correia da Cunha: 42 anos; José da Silva: 45 anos; Maria Raquel Ribeiro: 44 anos; Olímpio Pereira: 46 anos; Rafael Valadão dos Santos: 47 anos; (d) João Pedro Miller Guerra: 57 anos; Manuel Martins da Cruz: 52 anos; Manuel Montanha Pinto: 51 anos.

dos 40-49 anos, 42,1% dos deputados da *ala liberal* situam-se abaixo dos 40 anos, enquanto que 50,4% dos *outros deputados* têm mais de 50 anos.

Comparando esta informação com os dados apresentados por Paul Lewis no seu estudo sobre a elite ministerial do Estado Novo, é também de assinalar como os *outros deputados* estão mais próximos do perfil etário deste grupo, que tinha uma idade média de 52 anos.¹³ Por conseguinte, é bastante plausível que na *ala liberal* uma identidade etária tenha servido de suporte a uma identificação política.

Esta característica do grupo ajuda assim a explicar o teor de diversas intervenções dos seus membros, em particular daqueles abaixo dos 40 anos, onde encontramos difundida a noção de que o momento era de “renovar quadros”¹⁴ e que “entre a geração mais nova, ruiu completamente a fé nas antigas concepções”.¹⁵

O contexto político despoletado pela sucessão de Salazar, e que tinha levado Marcelo Caetano à liderança do governo, era visto como uma oportunidade de afirmação política por parte de uma nova geração. Magalhães Mota, por exemplo, considerava que “os anos de 1968/1969 obrigaram — para alguns pela primeira vez — a um olhar atento para a política: o governo mudara de chefe e essa era a primeira mudança ocorrida na nossa vida (nascidos, como somos, após o 28 de Maio)”. E “essa consciência de geração” teria “pesado” para se “intervir na vida pública”.¹⁶ Também Francisco Pinto Balsemão perguntava onde estavam “os sucessores” “dos homens que até agora, mal ou bem, têm evitado que os acontecimentos se precipitem?”.¹⁷ Na sua opinião, era urgente acolher “a colaboração de (...) todos os cidadãos que, por ignorância, indiferença ou segregação forçada, têm andado afastados da vida pública”, nomeadamente “a juventude”.¹⁸ Sobretudo, havia que “reconhecer que a juventude, mais que uma idade”, era “uma classe com estatuto próprio” e com uma posição política inquestionável: “pugnar pela dignificação da pessoa, desejar o exercício dos direitos, liberdades e garantias individuais”.¹⁹

Também Francisco Sá Carneiro se apresentava como um “novato desconhecido”, sem “outros pergaminhos” que não fossem “uma licenciatura em Direito seguida de treze anos de trabalho em advocacia”,²⁰ invertendo aquilo que à partida seria uma desvantagem política num traço que o distinguiu dos demais candidatos.

Um aspecto importante a reter da elaboração ideológica que estes deputados da *ala liberal* faziam da noção de juventude é a ideia de que a idade é um critério de avaliação da competência da elite política dirigente, o que pressupunha, por sua vez, uma renovação do escol dirigente português, considerado ultrapassado e gerontocrático. Urgia escolher “representantes” que soubessem “acompanhar a marcha do seu tempo” e que garantissem “a continuidade e o progresso”, pois o “chefe do governo (...) não” conseguiria “levar a cabo a sua missão sem o auxílio desinteressado de todos os cidadãos que” desejassem “contribuir para o ressurgimento do seu país”. Por isso, Francisco Pinto Balsemão havia dado o seu “apoio esperançoso, independente e irreverente”, “próprio da juventude”.²¹

Origem geográfica

De modo a captar a importância da clivagem urbano-rural no recrutamento dos deputados, procedemos à classificação da sua origem geográfica em três categorias (quadro 2): *Lisboa e Porto*, os dois grandes aglomerados urbanos; as *capitais de distrito*, que englobam as cidades de média dimensão; e o *resto do país*.

O que desde logo se torna visível são dois perfis bastante antagónicos. Os deputados da *ala liberal* têm uma extracção marcadamente urbana: 42,1% (8 indivíduos) nasceram em Lisboa e Porto; logo a seguir estão aqueles oriundos de capitais de distrito, que representam 31,6% (6 deputados); por último, os naturais do resto do país são 26,3% (5 deputados). Assim, num conjunto de 19 deputados, 15 (73,7%) são de origem urbana.

Nos *outros deputados* encontramos um perfil bastante diferente. Apenas 9,9% são oriundos de Lisboa e do Porto e 16,2% das capitais de distrito. Somando estas duas categorias verificamos que só 26,1% dos *outros deputados* têm uma origem urbana.

Estes dados evidenciam como os *outros deputados* estão muito mais próximos do padrão inicial da elite parlamentar do Estado Novo, o que pode sugerir uma linha de continuidade no seu recrutamento geográfico, já que como mostra P. Schmitter, na primeira legislatura do regime (1934-1938) apenas 16,6% dos deputados eram oriundos de Lisboa e do Porto.²²

Por sua vez, as declarações dos próprios deputados da *ala liberal* apontavam no sentido da valorização do mundo urbano. Numa intervenção na Assembleia Nacional, Joaquim Magalhães Mota defendia que a “urbanização crescente” estava a corroer os “vínculos de dependência política da sociedade tradicional”.²³ A época “em que o padre, o médico, ou o militar ‘importante’ não só resolviam ‘todos’ os problemas da comunidade pequena, como lhe serviam de embaixadores

Quadro 2 Origem geográfica

Origem geográfica	<i>Ala liberal</i>		Outros deputados		X legislatura (1969-1973)	
	N	%	N	%	N	%
Lisboa e Porto	8(a)	42,1	11	9,9	19	14,6
Capitais de distrito	6(b)	31,6	18	16,2	24	18,4
Resto do país	5c	26,3	66	59,5	71	54,6
Colónias	—	—	15	13,5	15	11,5
Estrangeiro	—	—	1	0,9	1	0,8
Total	19	100,0	111	100,0	130	100,0

Notas: (a) Lisboa: António Henriques Carreira, Francisco Pinto Balsemão, José Correia da Cunha, José Pedro Pinto Leite, Manuel Martins da Cruz; Porto: Francisco Sá Carneiro, Joaquim Macedo Correia, Joaquim Pinto Machado; (b) Alberto Alarcão e Silva (Coimbra), João Bosco Mota Amaral (Ponta Delgada), Joaquim Magalhães Mota (Santarém), Manuel Montanha Pinto (Bragança), Rafael Valadão dos Santos (Angra do Heroísmo), Tomás Oliveira Dias (Leiria); (c) João Ferreira Forte (Fundão), João Pedro Miller Guerra (Vila Flor), José da Silva (Friande-Felgueiras), Maria Raquel Ribeiro (Cadaval), Olímpio Pereira (Mafra).

em Lisboa ou no Porto, obtendo lugares de contínuo ou obtendo alvarás de táxi", "orientando" dessa forma "a política local", estava a chegar ao fim. O "político local, respeitado porque valia votos", estava condenado a "desaparecer".²⁴ A urbanização e "as migrações" tinham desferido o golpe final a uma estrutura de poder baseada "nas zonas rurais"²⁵ e faziam com que "o peso político potencial das massas urbanizadas (...) não" pudesse "continuar a ser ignorado".²⁶

Formação académica

A comparação dos dados relativos ao nível de instrução dos deputados da *ala liberal* e dos *outros deputados* revela perfis bastante idênticos (quadro 3). Ambos os grupos se caracterizam por um elevado nível de instrução, com a maioria dos deputados a ter concluído a universidade: 87,4% nos *outros deputados* e 89,5% na *ala liberal*.

Este facto mostra como o recrutamento social dos dois grupos era efectuado nas mesmas camadas sociais e tinha um carácter elitista.²⁷ Se compararmos os níveis de instrução dos deputados com os da população portuguesa para o período em consideração, podemos concluir que a esmagadora maioria dos deputados da legislatura era recrutada numa fracção diminuta da sociedade portuguesa. Em 1960, apenas 0,6% da população tinha frequentado a universidade, um valor que só subiu para 1,5% em 1970.²⁸

Quanto ao tipo de formação superior (quadro 4), podemos observar como as licenciaturas em direito e medicina são predominantes em ambos os grupos, não havendo aqui grandes diferenças a assinalar.

Contudo, um dado com alguma relevância, e que singulariza a *ala liberal*, é a

Quadro 3 Nível de instrução(*)

Nível de instrução	<i>Ala liberal</i>		Outros deputados		X legislatura (1969-1973)	
	N	%	N	%	N	%
Instrução primária	1(a)	5,3	3	2,7	4	3,0
Curso secundário	1(b)	5,3	10	9,0	11	8,5
Licenciatura	14(c)	73,7	87	78,4	101	77,7
Pós-graduação	1(d)	5,3	2	1,8	3	2,3
Doutoramento	2(e)	10,5	8	7,2	10	7,7
N/S	—	—	1	0,9	1	0,8
Total	19	100,0	111	100,0	130	100,0

Notas: (*) classificação de acordo com o grau de instrução mais elevado; (a) Olímpio Pereira; (b) Manuel Montanha Pinto; (c) Alberto Alarcão e Silva, António Henriques Carreira, Francisco Pinto Balsemão, Francisco Sá Carneiro, João Ferreira Forte, Joaquim Macedo Correia, Joaquim Magalhães Mota, José Correia da Cunha, José Pedro Pinto Leite, José da Silva, Manuel Martins da Cruz, Maria Raquel Ribeiro, Rafael Valadão dos Santos, Tomás Oliveira Dias; (d) João Bosco Mota Amaral; (e) João Miller Guerra, Joaquim Pinto Machado.

Quadro 4 Áreas de formação académica

Licenciaturas	<i>Ala liberal</i>		Outros deputados		X legislatura (1969-1973)	
	N	%	N	%	N	%
Direito	8(a)	42,1	39	35,1	47	36,1
Agronomia e veterinária	3(b)	15,8	8	7,2	11	8,5
Medicina	2(c)	10,5	13	11,7	15	11,5
Economia	1(d)	5,3	3	2,7	4	3,0
Engenharia	1(e)	5,3	12	10,8	13	10,0
Humanidades(*)	1(f)	5,3	8	7,2	9	6,9
Outras(**)	1(g)	5,3	14	12,6	15	11,5
Total	17	89,6	97	87,3	114	87,5

Notas: (*) inclui os cursos de Filologia Românica, Letras e Histórico-Filosóficas; (**) inclui os cursos de Geologia, Veterinária, Física-Química, Farmácia, Ciências Sociais e Política Ultramarina, Arquitectura, Serviço Social, da Escola do Exército e da Escola Nava; (a) António Henriques Carreira, Francisco Pinto Balsemão, Francisco Sá Carneiro, João Bosco Mota Amaral, Joaquim Magalhães Mota, José Pedro Pinto Leite, José da Silva, Tomás Oliveira Dias; (b) Alberto Alarcão e Silva, João Ferreira Forte, José Correia da Cunha; (c) João Pedro Miller Guerra, Joaquim Pinto Machado; (d) Manuel Martins da Cruz; (e) Joaquim Macedo Correia; (f) Rafael Valadão dos Santos (Filologia Germânica); (g) Maria Raquel Ribeiro (Serviço Social).

posição da licenciatura em agronomia (15,8% contra 6,3% dos *outros deputados*). Este aspecto pode ajudar a explicar o teor de diversas intervenções e escritos dos deputados deste grupo com essa formação universitária. Em redor de uma reflexão sobre a sociedade rural portuguesa, alguns deputados da *ala liberal* procuraram defender a ideia de que a solução para o que constituíam os “problemas” do mundo rural (a emigração e o abandono dos campos, a falta de produtividade da agricultura) residia na conquista de “direitos de cidadania”.²⁹ A “promoção do rural”³⁰ só seria possível, em primeiro lugar, através de “uma agricultura funcionalmente moderna, económica e socialmente progressiva”,³¹ orientada para uma “economia de mercado” e não para “o autoconsumo”.³² Em segundo lugar, e este era o seu principal motor, através de uma “política de desenvolvimento (...) regional”, alicerçada na criação de “órgãos intermediários entre o indivíduo e o estado”,³³ ou seja, na descentralização do poder político e administrativo. Por sua vez, havia também que atender às consequências das migrações para as cidades, como a “falta de habitação”, cuja resolução exigia um sistema de “segurança social”.³⁴

Estas posições não eram apenas o reflexo de uma determinada formação académica. Eram também fruto de uma experiência profissional específica. Como veremos mais à frente, alguns dos deputados da *ala liberal* dirigiam serviços da burocracia de estado destinados à promoção do planeamento regional, à aplicação directa das orientações dos planos de fomento e à realização de inquéritos sociais. Terá sido assim, nos interstícios da burocracia estatal — e em consequência dos avanços e recuos das políticas de desenvolvimento rural — que se desenvolveu a ideia segundo a qual a modernização socioeconómica implicava também uma democratização política.

Estatuto profissional

O perfil profissional dos deputados da *ala liberal* e dos *outros deputados*, numa primeira abordagem, é bastante similar (quadro 5). Os advogados, os administradores de empresas e os funcionários públicos superiores são as profissões predominantes.

Contudo, a hierarquia destas categorias profissionais varia nos dois grupos. Assim, encontramos na primeira posição na *ala liberal* os advogados e os administradores de empresas e nos *outros deputados* os altos funcionários administrativos.

Na verdade, o ponto de clivagem mais forte entre os dois grupos é-nos oferecido pelo quadro 6. Globalmente, o recrutamento profissional dos deputados da *ala liberal* faz-se em actividades da iniciativa privada, como as *profissões liberais* (advogados, por exemplo) e a administração de empresas. Os *outros deputados*, por sua vez, são sobretudo recrutados na esfera do funcionalismo público. Na *ala liberal*

Quadro 5 Actividade profissional

Actividade profissional	<i>Ala liberal</i>		Outros deputados		X legislatura (1969-1973)	
	N	%	N	%	N	%
Funcionários públicos superiores	3(a)	15,8	26	23,4	29	22,3
Militares	—	—	5	4,5	5	3,8
Juízes	—	—	4	3,6	4	3,0
Diplomatas	—	—	1	0,9	1	0,8
Advogados	4(b)	21,0	14	12,6	18	13,8
Conservadores de registo	—	—	3	2,7	3	2,3
Médicos	—	—	8	7,2	8	6,2
Engenheiros	—	—	2	1,8	2	1,5
Proprietários agrícolas	1(c)	5,3	7	6,3	8	6,2
Industriais e comerciantes	1(d)	5,3	5	4,5	6	4,6
Administradores de empresas	4(e)	21,0	16	14,4	20	15,4
Professores universitários/investigadores	3(f)	15,8	10	9,0	13	10,0
Professores (ensino primário e secundário)	1(g)	5,3	6	5,4	7	5,4
Assistentes sociais	1(h)	5,3	1	0,9	2	1,5
Outros(*)	1(i)	5,3	3	2,7	4	3,0
Total	19	100,0	111	100,0	130	100,0

Notas: (*) inclui veterinários, farmacêuticos e um inspector dos caminhos-de-ferro; (a) João Ferreira Forte (delegado da Junta de Colonização Interna nos distritos de Castelo Branco e da Guarda; presidente da Comissão Técnica Regional de Castelo Branco do Ministério da Economia); José Correia da Cunha (chefe da secção de inquéritos económicos e sociais da Junta de Colonização Interna e colaborador do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho); Manuel Martins da Cruz (técnico de questões económicas na Comissão de Coordenação Económica); (b) Francisco Sá Carneiro, João Bosco Mota Amaral, Joaquim Magalhães Mota, José da Silva; (c) Manuel Montanha Pinto; (d) António Henriques Carreira; (e) Francisco Pinto Balsemão (do jornal *Diário Popular*), Joaquim Macedo Correia, José Pedro Pinto Leite, Tomás Oliveira Dias; (f) Alberto Alarcão e Silva (Centro de Estudos de Economia Agrária, Fundação Calouste Gulbenkian), João Pedro Miller Guerra (Faculdade de Medicina de Lisboa), Joaquim Pinto Machado (Faculdade de Medicina do Porto); (g) Rafael Valadão dos Santos (professor do ensino secundário); (h) Maria Raquel Ribeiro; (i) Olímpio Pereira (inspector dos caminhos-de-ferro).

Quadro 6 Actividade profissional: funcionalismo público/actividade privada

	<i>Ala liberal</i>		Outros deputados		X legislatura (1969-1973)	
	N	%	N	%	N	%
Funcionalismo público	8(a)	42,1	72	64,9	80	61,5
Actividade privada	11(b)	57,9	39	35,1	50	38,5
Total	19	100,0	111	100,0	130	100,0

Notas: (*) João Ferreira Forte, João Pedro Miller Guerra, Joaquim Pinto Machado, José Correia da Cunha, Manuel Martins da Cruz, Maria Raquel Ribeiro, Olímpio Pereira, Rafael Valadão dos Santos; (b) Alberto Alarcão e Silva, António Henriques Carreira, Francisco Pinto Balsemão, Francisco Sá Carneiro, João Bosco Mota Amaral, Joaquim Macedo Correia, Joaquim Magalhães Mota, José Pedro Pinto Leite, José da Silva, Manuel Montanha Pinto, Tomás Oliveira Dias.

há 42,1% de funcionários públicos, valor que cresce para 64,9% nos *outros deputados*. Inversamente, 57,9% da *ala liberal* desempenham a sua profissão no sector privado, enquanto nos *outros deputados* apenas 35,1%.

Encontramos, por isso, uma clara continuidade dos *outros deputados* em relação a um perfil típico de diversos sectores da elite do Estado Novo.³⁵ Manuel Braga da Cruz destacou esse papel preponderante do funcionalismo público na elite parlamentar do Estado Novo, observando até o seu aumento durante o “Marcelismo”.³⁶

No caso dos deputados da *ala liberal*, uma actividade profissional exercida fora do sector público parece ter sido determinante na construção de uma identidade política. Veja-se, por exemplo, o caso dos administradores. Nos *outros deputados*, num total de 16 indivíduos, seis pertencem ao sector público. Na *ala liberal*, todos os membros desta categoria pertencem ao sector privado. A *ala liberal* tem o único administrador de empresas jornalísticas, Francisco Pinto Balsemão. No caso deste deputado, as suas posições políticas eram decisivamente influenciadas pela profissão que desempenhava. Como o próprio afirmava, ao ser o “único deputado” que era “jornalista (...), administrador de uma das maiores empresas jornalísticas do país”, não recusava “a responsabilidade (...) de ser uma espécie de porta-voz dos anseios de parte da população em matéria de liberdade de informação”.³⁷ O caso de Pinto Leite também é elucidativo da importância que certos deputados da *ala liberal* davam ao desenvolvimento económico e à necessidade, quer de uma correspondente adequação das estruturas do Estado, quer de uma reformulação da própria política externa portuguesa, a fim de promoverem esse desenvolvimento. Este deputado tinha sugerido a Melo e Castro como “prioridade” temática a ser tratada durante a campanha eleitoral o “desenvolvimento económico”, que na sua opinião passava sobretudo por “auxílios à exportação”, pela “integração económica europeia” — o que punha em causa a prioridade dada à continuação da guerra colonial — e pela “reforma, racionalização ou simplificação das estruturas básicas que enquadram a vida administrativa e económica”.³⁸ Isto implicava, por sua vez, “uma visão global da administração financeira do Estado” e uma “aplicação coerente e eficaz” dos seus “recursos”.³⁹

Mas as críticas de alguns deputados da *ala liberal* não se dirigiam apenas à ineficiência burocrático-administrativa do Estado. Na área da indústria, procuravam abolir a própria política do condicionamento industrial⁴⁰ que, argumentavam, havia favorecido certas “sociedades anónimas”, constituídas por “famílias ou (...) grupos que as dominam” e que, não querendo “pôr em risco o seu controle”, viviam “fechadas sobre si próprias, recorrendo, para o seu desenvolvimento, ou a emissões de capital com privilégio para os accionistas, ou (...) a créditos bancários”.⁴¹ A única via possível de evolução consistia então em “democratizar a (...) sociedade económica”. Isso implicava, em primeiro lugar, a criação de “condições que” permitissem “alargar (...) as possibilidades de participação no capital das empresas”.⁴² E, em segundo lugar, “justiça social”, que passava pela participação dos trabalhadores na gestão das empresas, na distribuição dos lucros e por uma política de salários que permitisse uma “vida digna”.⁴³

O exemplo dos advogados é também significativo. Nos *outros deputados*, este sector possui fortes vínculos profissionais ao Estado, na medida em que uma parte considerável exerce também a profissão de notário e conservador de registo civil e/ou predial.⁴⁴ Pelo contrário, aqueles que se dedicam à advocacia na *ala liberal* fazem-no exclusivamente como profissionais liberais.⁴⁵ Também aqui, o desempenho de uma profissão está ligado a uma posição política. Francisco Sá Carneiro foi talvez o deputado que mais vinculou a actividade política numa linha de continuidade com a sua profissão de advogado.⁴⁶ Na sua opinião, “a posição do advogado perante o processo penal, muito para além da conquista dos meios de actuação profissional livre e digna”, tinha “de basear-se” na “realização do Estado de Direito”,⁴⁷ sobretudo combatendo os abusos que “a instrução criminal” colocava aos “direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos”.⁴⁸

Por último, importa ainda analisar com algum pormenor aqueles sectores que no interior da *ala liberal* pertenciam ao funcionalismo público. E aqui há dois grupos importantes: os quadros superiores do funcionalismo público e os professores universitários.

Em relação ao primeiro grupo, há a destacar a pertinência para o nosso estudo da hipótese colocada por P. Schmitter, que afirma que durante a década de sessenta “os próprios quadros técnico-profissionais começaram a formular exigências “modernizantes””.⁴⁹ Manuel Martins da Cruz, por exemplo, considerava-se um “técnico”, habituado a “demonstrações por meio de expressões numéricas” e a “laboratórios, gabinetes de trabalho (...) oficinas e escritórios”. Também José Correia da Cunha se apresentava como um “técnico ligado ao planeamento económico e social”,⁵⁰ membro de um “grupo de trabalho” do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho “encarregado de propor medidas conducentes à regionalização do Plano de Fomento”.⁵¹

Essas “exigências ‘modernizantes’” eram reflexo de um único princípio ideológico-profissional: a noção de “planeamento maleável”.⁵² O seu primeiro objectivo era corrigir os “desequilíbrios inter-regionais”⁵³ através de um aproveitamento racional dos recursos. Mas não só. E é aqui que podemos observar a estreita ligação entre ideologia profissional e posição política. O que uma sociedade moderna pedia ao estado, defendiam, era essencialmente capacidade de

“coordenação”. Os “serviços públicos”, “as empresas apoiadas pelo estado” e os “restantes sectores”, uma vez sob a orientação de um “Plano”, contribuiriam para um “acréscimo de liberdade, igualdade e solidariedade entre todos os cidadãos”.⁵⁴

Os dois professores universitários de medicina evidenciam também nas suas declarações e escritos uma posição bastante crítica face ao regime. Miller Guerra era à época o autor de toda uma reflexão sobre o papel das universidades na sociedade portuguesa, em particular das faculdades de medicina.⁵⁵ Os “médicos”, afirmava, eram os “universitários que mais” tinham “discutido (...) o ensino superior e as suas instituições”.⁵⁶

Para Miller Guerra, era “indispensável fomentar (...) uma *democratização* do acesso às universidades”,⁵⁷ cuja “estrutura” era “particularmente favorável à conservação das *elites sociais*”.⁵⁸ A universidade portuguesa — uma “instituição napoleónica” — reproduzia as características de uma sociedade autoritária: a “centralização”, o “autoritarismo”, a “imobilidade” e o “dogmatismo”. E a única maneira de as eliminar era através de “acções externas” promovidas pelo “Estado”,⁵⁹ como a “criação de novas universidades”⁶⁰ e a “representação” dos “principais interessados no ensino” no “corpo directivo”.⁶¹

O caso particular das faculdades de medicina enquadrava-se nesse panorama geral de “imobilidade”. Com uma estrutura organizativa sem “ligação orgânica” às instituições da “saúde”, “assistência” e “previdência” e ignorantes das “necessidades reais do país (...) em medicina de saúde pública, em especialistas, em clínicos gerais”, eram incapazes de “corresponder às necessidades e aos estímulos que lhes” chegavam “do exterior”.⁶² Depois, havia ainda as reivindicações de alguns membros do “corpo docente”, que, nas palavras de Joaquim Pinto Machado, implicavam que se concedesse às faculdades “maior autonomia a nível do recrutamento” de professores e uma avaliação da carreira de tipo meritocrático.⁶³

Carreira política

Segundo os dados recolhidos das fontes disponíveis, podemos observar uma acentuada diferenciação entre os dois grupos (quadro 7). A *ala liberal* era sobretudo formada por indivíduos para os quais o recente cargo de deputado constituía a primeira posição política institucional: apenas 31,6% tinha até então desempenhado funções políticas. Nos *outros deputados*, pelo contrário, esse sector aumenta para 68,5%.

Quanto ao tipo de cargos políticos predominante em cada grupo, há a destacar nos *outros deputados* um número significativo de membros do poder local, de antigos deputados e de indivíduos que ocuparam cargos coloniais. A *ala liberal*, apesar de não desconhecer por completo os corredores do poder, tinha uma presença maior apenas naqueles cargos que classificámos como *assessores políticos*, sobretudo entre alguns dos deputados mais jovens.

Os fracos vínculos da *ala liberal* às instituições políticas do regime são

Quadro 7 Cargos políticos exercidos antes de 1969

Cargos políticos	<i>Ala liberal</i>		Outros deputados		X legislatura (1969-1973)	
	N	%	N	%	N	%
Cargos do poder local(*)	1(a)	5,3	40	36,0	41	31,5
Deputados em legislaturas anteriores	1(b)	5,3	33	29,7	34	26,5
Cargos coloniais	1(c)	5,3	13	11,7	14	10,8
Governadores civis	—	—	5	4,5	5	3,8
Ministros	—	—	9	8,1	9	6,9
Procuradores à Câmara Corporativa	1(d)	5,3	8	7,2	9	6,9
Secretários/subsecretários de estado	—	—	4	3,6	4	3,0
Conselheiros de estado	—	—	1	0,9	1	0,8
Assessores políticos(+)	3(e)	15,8	7	6,3	10	7,7
Sem cargos políticos	13(f)	68,4	35	31,5	48	36,9

Notas: na classificação dos dados utilizou-se um registo múltiplo, ou seja, o mesmo deputado está por vezes incluído em mais do que uma categoria. Os valores relativos foram calculados em relação ao número total de deputados em cada grupo (19 na *ala liberal* e 111 nos *outros deputados*); (*) inclui presidentes, vice-presidentes e vereadores de câmaras municipais; (+) inclui chefes de gabinete e adjuntos de secretários de estado ou ministros; (a) Manuel Montanha Pinto (presidente da Câmara Municipal de Carmona, Angola); (b) Rafael Valadão dos Santos; (c) Manuel Montanha Pinto (membro do Conselho Legislativo de Angola); (d) João Pedro Miller Guerra; (e) Francisco Pinto Balsemão (secretário do ministro da Saúde e da Assistência), Joaquim Magalhães Mota (chefe de gabinete do secretário de Estado da Indústria), Tomás Oliveira Dias (secretário do subsecretário de Estado da Assistência Social, 1956-1957); (f) Alberto Alarcão e Silva, António Henriques Carreira, Francisco Sá Carneiro, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira Forte, Joaquim Macedo Correia, Joaquim Pinto Machado, José Correia da Cunha, José Pedro Pinto Leite, José da Silva, Manuel Martins da Cruz, Maria Raquel Ribeiro, Olímpio Pereira.

novamente confirmados pelo facto de 78,9% deste grupo não estar filiado na União Nacional (quadro 8). Era até declarada uma postura de distanciamento face a esta organização. Francisco Pinto Balsemão afirmava que se candidatava “aceitando da União Nacional — da qual nunca fui nem sou filiado — uma candidatura que não pedi”.⁶⁴ Também os candidatos pelo círculo do Porto — Francisco Sá Carneiro, Joaquim Macedo, Joaquim Pinto Machado e José da Silva —, num comunicado emitido durante a campanha eleitoral, defendiam que a sua posição política “livre e independente” era “compatível com a apresentação da sua candidatura pela União Nacional”, à qual “nunca” tinham estado “ligados”.⁶⁵

Pelo contrário, os *outros deputados* evidenciam vínculos mais sólidos às organizações políticas do Estado Novo: 48,6% pertenciam à União Nacional.⁶⁶

Podemos assim concluir que as organizações políticas do regime eram vias de acesso pouco importantes no recrutamento político dos futuros deputados da *ala liberal*. No próximo ponto veremos então qual era o meio organizativo privilegiado de recrutamento deste grupo.

Quadro 8 Filiação na União Nacional

Filiação na União Nacional	<i>Ala liberal</i>		Outros deputados		X legislatura (1969-1973)	
	N	%	N	%	N	%
Sem filiação	15(a)	78,9	57	51,4	72	55,4
Com filiação	4(b)	21,1	54	48,6	58	44,6
Total	19	100,0	111	100,0	130	100,0

Notas: (a) Alberto Alarcão e Silva, Francisco Pinto Balsemão, Francisco Sá Carneiro, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira Forte, João Pedro Miller Guerra, Joaquim Macedo Correia, Joaquim Magalhães Mota, Joaquim Pinto Machado, José Correia da Cunha, José Pedro Pinto Leite, José da Silva, Manuel Martins da Cruz, Maria Raquel Ribeiro, Olímpio Pereira; (b) António Henriques Carreira (vogal da Comissão Distrital de Leiria), Manuel Montanha Pinto (vice-presidente da Comissão Distrital de Carmona, Angola), Rafael Valadão dos Santos (presidente da Comissão Distrital de Angra do Heroísmo), Tomás Oliveira Dias (presidente da Comissão Distrital de Leiria).

Filiação em associações

O número de vínculos associativos (quadro 9) na *ala liberal* é muito superior ao que se verifica nos *outros deputados*. Se naquele grupo 79% possui uma qualquer filiação associativa, neste último essa proporção é apenas de 51,4%. Mais ainda, nos deputados da *ala liberal* essa filiação associativa faz-se sobretudo em mais de duas associações, enquanto nos *outros deputados* é maioritariamente através de uma só associação (28,8%, contra 5,3% da *ala liberal*).

Tomando em consideração estes dados, podemos colocar a hipótese de, no caso dos deputados da *ala liberal*, uma intervenção e participação políticas estarem ligadas a um forte empenho associativo.⁶⁷ Para Francisco Sá Carneiro e para os

Quadro 9 N.º de vínculos associativos

Vínculos associativos	<i>Ala liberal</i>		Outros deputados		X legislatura (1969-1973)	
	N	%	N	%	N	%
1 associação	1(a)	5,3	32	28,8	33	25,4
2 associações	3(b)	15,8	8	7,2	11	8,5
3 associações	5(c)	26,3	8	7,2	13	10,0
4 associações	2(d)	10,5	1	0,9	3	2,3
5 ou + associações	4(e)	21,0	8	7,2	12	9,2
N/S	4(f)	21,0	54	48,6	58	44,6
Total	19	100,0	111	100,0	130	100,0

Notas: (a) Olímpio Pereira; (b) Alberto Alarcão e Silva, Francisco Pinto Balsemão, João Bosco Mota Amaral; (c) Joaquim Macedo Correia, José Correia da Cunha, Maria Raquel Ribeiro, Rafael Valadão dos Santos, Tomás Oliveira Dias; (d) José Pedro Pinto Leite, Manuel Martins da Cruz; (e) Francisco Sá Carneiro, João Pedro Miller Guerra, Joaquim Magalhães Mota, Joaquim Pinto Machado; (f) António Henriques Carreira, João Ferreira Forte, José da Silva, Manuel Montanha Pinto.

candidatos independentes pelo círculo do Porto, por exemplo, uma sociedade civil robusta e activa estava directamente ligada à democratização do país e o seu renascimento era visto como um objectivo político decisivo:

a primeira contribuição que podemos prestar ao País, se formos eleitos, é procurar estabelecer as condições à formação e expressão de uma opinião pública consciente e livre. Esse é o ponto de partida que possibilitará a cada pessoa, a cada classe, a cada concelho, a cada organização profissional, a cada comunidade ocupar-se dos seus próprios problemas, lutar eficazmente pelos seus próprios direitos, tomar mais consciência das suas responsabilidades. Por isso considero primordial o restabelecimento dos direitos e liberdades fundamentais (...): sem ele (...) será impossível realizar todas as demais reformas.⁶⁸

Este facto é reforçado com os dados sobre a participação em associações de estudantes (quadro 10). Como se pode observar, 21% dos deputados da *ala liberal* participaram nestas associações, uma percentagem bastante superior à dos *outros deputados*, apenas com 1,8%. Estamos, por isso, perante um grupo que percorreu um trajecto de precoce socialização associativa e política, prévio à sua entrada na vida profissional e política. Essa experiência contribuiu para a criação de sociabilidades que depois se tornaram vitais para o seu recrutamento político⁶⁹ e foi também decisiva na construção de uma identidade política permeável a ideologias democráticas de outros sectores políticos. Joaquim Magalhães Mota, por exemplo, refere que a participação nos movimentos académicos proporcionou contactos e troca de ideias com membros da oposição tradicional.⁷⁰

O tipo de associações privilegiado em cada grupo mostra também um padrão bastante diferenciado (quadro 10).

Na *ala liberal*, as associações que predominam são as de carácter religioso, profissional e cultural. A forte pertença a associações profissionais é a única semelhança entre os dois grupos — embora com percentagens muito superiores na *ala liberal* —, facto que se explica pela elevada presença de indivíduos com formação superior e de profissionais liberais e técnicos nos dois grupos. Nos *outros deputados* encontramos um perfil diferente, com as associações corporativas e de solidariedade social (misericórdias, etc.) a adquirirem as posições de destaque.

A forte presença do associativismo de tipo religioso, nomeadamente da Acção Católica, é talvez, no que refere a esta variável, o dado mais significativo na caracterização dos deputados da *ala liberal*.⁷¹ Alguns membros deste grupo consideravam a filiação nestas associações como uma experiência essencial à sua formação política. Francisco Sá Carneiro era a esse respeito bastante claro. Traçando os antecedentes de determinadas intervenções na Assembleia Nacional, como as que proferiu sobre a necessidade de revisão da Concordata, afirmava que havia retomado “as ideias expostas nos colóquios realizados no Porto em fins de 1966, organizados pela Acção Católica”.⁷²

Também José da Silva, numa conferência proferida em 1963, desejava “a indispensável consciencialização (...) de certos aspectos (...) da doutrina social da Igreja”, nomeadamente, saber “até que ponto a Acção Católica, como apostolado

Quadro 10 Tipo de associações

Tipo de associações	<i>Ala liberal</i>		Outros deputados		X legislatura (1969-1973)	
	N	%	N	%	N	%
Religiosas	7(a)	36,8	5	4,5	12	9,2
Profissionais	7(b)	36,8	16	14,4	23	17,7
Culturais	5(c)	26,3	4	3,6	9	6,9
Estudantis	4(d)	21,0	2	1,8	6	4,6
Sindicais	3(e)	15,8	1	0,9	4	3,0
Solidariedade social	3(f)	15,8	13	11,7	16	12,3
Desportivas	2(g)	10,5	7	6,3	9	6,9
Corporativas(*)	2(h)	10,5	14	12,6	16	12,3
Patronais	2(i)	10,5	9	8,1	11	8,5
Outras	1(j)	5,3	13	11,7	14	10,8

Nota: na classificação dos dados utilizou-se um registo múltiplo, ou seja, o mesmo deputado está, por vezes, incluído em mais do que uma categoria. Os valores relativos foram calculados em relação ao número total de deputados em cada grupo (19 na *ala liberal* e 111 nos *outros deputados*); (*) inclui grémios, corporações e casas do povo; (a) Francisco Sá Carneiro, João Bosco Mota Amaral, Joaquim Macedo Correia, Joaquim Magalhães Mota, Joaquim Pinto Machado, Maria Raquel Ribeiro, Tomás Oliveira Dias; (b) Alberto Alarcão e Silva, Francisco Pinto Balsemão, Francisco Sá Carneiro, João Pedro Miller Guerra, Joaquim Magalhães Mota, Joaquim Pinto Machado, Maria Raquel Ribeiro; (c) Francisco Sá Carneiro, João Bosco Mota Amaral, João Pedro Miller Guerra, José Correia da Cunha, José Pedro Pinto Leite; (d) José Correia da Cunha, José Pedro Pinto Leite, Manuel Martins da Cruz, Tomás Oliveira Dias; (e) Francisco Pinto Balsemão, Maria Raquel Ribeiro, Olímpio Pereira; (f) Manuel Martins da Cruz, Rafael Valadão dos Santos, Tomás Oliveira Dias; (g) José Correia da Cunha, Rafael Valadão dos Santos; (h) Joaquim Macedo Correia, Maria Raquel Ribeiro; (i) Joaquim Macedo Correia, José Pedro Pinto Leite; (j) Manuel Martins da Cruz.

doutrinário” era “ainda possível”.⁷³ Os governantes, por sua vez, estavam informados das atitudes políticas que grassavam nestes sectores. Como referia um relatório da PIDE sobre o colóquio dedicado à encíclica papal *Populorum Progressio*, organizado pelo sector dos juristas da Liga Universitária Católica do Porto — e onde Francisco Sá Carneiro pronunciara uma conferência sobre “Os aspectos jurídicos da encíclica” —, estávamos perante “uma nova ideologia que nasce em Portugal para os católicos progressistas — o socialismo cristão”.⁷⁴

Em articulação com a Acção Católica, o movimento de apoio ao exilado bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, funcionou como outro *forum* de socialização política e de oposição ao regime.⁷⁵ Nestes movimentos, a acção dos quatro deputados da *ala liberal* eleitos pelo círculo do Porto teve um papel preponderante. A carta que Francisco Sá Carneiro tinha escrito a Marcelo Caetano foi decisiva para o fim do exílio do bispo do Porto e para o regresso à sua diocese.⁷⁶ Segundo Joaquim Macedo, esse “grupo (...) desenvolveu uma actividade febril” “para forçar o fim do exílio” de “D. António” e tal “envolvimento foi a causa directa do convite à candidatura (...) a deputado à Assembleia Nacional”.⁷⁷ Mas uma apreciação negativa da situação a que estava submetido o bispo do Porto não era exclusiva dos futuros deputados pelo círculo eleitoral desta cidade. No caso de Miller Guerra, por exemplo, “o exílio do bispo do Porto”, e “uma vontade de subordinar a Igreja ao poder temporal”, tinham constituído a causa da sua oposição ao “governo de Salazar”.⁷⁸ E Joaquim Magalhães Mota, que privara com D. António Ferreira Gomes desde os tempos de militância na Juventude Universitária Católica,⁷⁹

acrescenta que “boa parte” da sua “geração” se “sentiu ‘legitimada’ na deste bispo inquietação e discordância”.⁸⁰

Outro foco de renovação teológica e de divulgação dos ensinamentos conciliares foram os frades dominicanos no Porto. Bastante importantes na formação religiosa de Francisco Sá Carneiro,⁸¹ sobretudo a partir do Movimento da Juventude de Cristo Rei,⁸² organizaram em 1966 um encontro com o título “O povo de Deus ao serviço da Humanidade”, no qual Sá Carneiro teve papel de relevo.⁸³

O caso de Pinto Leite é exemplo do papel desempenhado por grupos de renovação católica de Lisboa. Pinto Leite tinha sido signatário do documento “A posição de alguns católicos”, publicado a 25.10.1965 durante a campanha eleitoral das eleições para a Assembleia Nacional. Neste documento, um grupo de católicos solidarizava-se com as posições de “dignidade moral”, “civismo” e “coragem” expressas no manifesto da oposição democrática de 25 de Outubro de 1965⁸⁴ e condenava um regime que “persegue os que dele discordam”.⁸⁵ O potencial oposicionista destes grupos católicos não escapava, aliás, à atenção dos governantes. Sobre esse manifesto, um relatório da PIDE considerava particularmente perigoso que “apoiando-se em inúmeras citações extraídas de encíclicas e de discursos dos últimos papas” se destaquem aquelas que mais “se ajustam ao conceito de autodeterminação das nossas províncias ultramarinas”.⁸⁶

Assim, em termos gerais, foi com a formação doutrinária recebida em “grupos de base” formados por “cristãos que se empenham (...) por uma renovação consequente e radical da Igreja” que os diversos membros da *ala liberal* forjaram as suas posições políticas.⁸⁷ Em Portugal, essa actividade associativa acabou por colidir com o regime ditatorial, pois os seus governantes estavam conscientes “de que uma reforma radical, e nomeadamente uma ‘politização’ da Igreja, seria uma ameaça à sua própria existência”.⁸⁸ José da Silva não deixava dúvidas sobre este aspecto. A “colaboração” com o governo só era possível, afirmava, “sempre que (...) não” afectasse a sua “posição de católico que é contra as ditaduras e contra a subversão, e que (...) acredita na validade dos processos democráticos”.⁸⁹

As associações culturais foram também importantes na formação política dos deputados da *ala liberal*.⁹⁰ Mais uma vez, estamos perante locais privilegiados de sociabilidade com sectores da oposição democrática.⁹¹ A cooperativa cultural Confronto, fundada por Francisco Sá Carneiro, é um caso paradigmático. Através de colóquios e exposições, promovia “o encontro de ‘gente’ progressista de vários quadrantes políticos”.⁹² Foi nesta cooperativa, aliás, que Francisco Sá Carneiro organizou ciclos de conferências sobre questões religiosas — como o “Colóquio sobre divórcio e novo Código Civil”, em 1967 — que serviram de alicerce ideológico de determinadas iniciativas legislativas que mais tarde viria a desenvolver na Assembleia Nacional.⁹³ Outros exemplos foram o Centro Nacional de Cultura — onde Miller Guerra organizou um curso sobre a “Socialização da medicina”, integrado num Círculo de Estudos Políticos (dirigido por Francisco Sousa Tavares)⁹⁴ — e os cineclubes, que constituíam locais de reunião de católicos e da oposição tradicional, incluindo membros do Partido Comunista.⁹⁵ Um relatório da PIDE, que dava conta das actividades de Mota Amaral no Cine-Clube

Universitário de Lisboa, assim o afirmava. Era um centro “esquerdista”, cujas “direcções têm sido sempre compostas por ‘membros’ do PCP”.⁹⁶

Por último, há ainda que considerar a forte presença dos deputados da *ala liberal* nas associações profissionais.⁹⁷ Diversas iniciativas desenvolvidas no seio deste tipo de associações foram também formativas para a futura intervenção parlamentar dos deputados da *ala liberal*. A acção de Miller Guerra na Ordem dos Médicos (da qual é bastonário a partir de 1968), é o exemplo mais elucidativo. Segundo Miller Guerra, houve dois momentos decisivos na afirmação política da classe médica face ao estado. O primeiro foi o Congresso das Misericórdias de Dezembro de 1958, onde “se lançaram as bases em que devia alicerçar-se a política de saúde”.⁹⁸ O segundo, o Relatório das Carreiras Médicas de 2.5.1961, do qual havia sido o relator, onde a ordem apontava a “carência de médicos”, “o mau estado dos serviços clínicos e sanitários” e a necessidade de um diálogo entre “os médicos” e os “poderes públicos, sobre as bases que eles próprios estudaram para o exercício da profissão”.⁹⁹ Outro exemplo é o de Francisco Sá Carneiro na Ordem dos Advogados. Também aqui se procura afirmar uma autonomia em relação ao estado. Como o próprio defendia, “a aplicação de sanções aos advogados” devia “ser da competência exclusiva dos órgãos disciplinares da Ordem”.¹⁰⁰

Diversos autores salientaram o papel desempenhado nos regimes autoritários pelas associações profissionais enquanto centros de oposição política e de difusão de ideais democráticos, em virtude de serem das poucas organizações com alguma autonomia institucional face ao Estado autoritário.¹⁰¹ No caso de Portugal, essa autonomia nunca foi totalmente obliterada e é até provável que se tenha acentuado a partir de década de cinquenta. As “ordens dos médicos, dos advogados, dos arquitectos” foram as associações que mais escaparam à organização corporativa e eram “os únicos sectores autorizados a ter uma cobertura nacional”.¹⁰² Por esse motivo, providenciavam uma rede institucional já estabelecida e relativamente autónoma capaz de alguma eficácia na oposição ao regime e de gerar as suas próprias elites dirigentes.

Conclusão

Nas páginas precedentes procurámos traçar um perfil sociológico dos deputados da *ala liberal*. O que distingue este grupo comparativamente aos restantes deputados é a sua natureza etária mais jovem, a sua origem urbana e a proveniência de actividades profissionais exteriores ao sector público, como as profissões liberais e a administração de empresas. Estas características, ao serem igualmente valorizadas pelos próprios deputados para justificar certas posições políticas, constituíram também o ponto de partida para a construção da identidade política da *ala liberal*.

As considerações desenvolvidas ao longo deste ensaio permitem colocar

algumas hipóteses sobre a génese e a natureza deste grupo da *semioposição* no período marcelista.

A *ala liberal* tem origem na forma como as relações entre o Estado e a sociedade civil se alteraram durante as décadas de 50 e 60. As ordens e associações profissionais permitiram que alguns membros das profissões liberais — um sector dominante na *ala liberal* — tivessem uma tribuna de oposição ao regime. Mas essa oposição fazia-se também por outras vias. Aqui, há a destacar o papel da Acção Católica. O exílio do bispo do Porto em 1958 marca um ponto de viragem.¹⁰³ Muitos membros da *ala liberal* vão iniciar a sua participação cívica em movimentos de apoio ao fim do exílio do bispo, em círculos de reflexão católica e, depois do Concílio Vaticano II,¹⁰⁴ em movimentos de renovação da Igreja. Segundo Silas Cerqueira, a Acção Católica, sobretudo através dos quadros da Juventude Universitária Católica, desempenhava neste período uma “função de selecção de quadros e de líderes”.¹⁰⁵ Costa Pinto, por sua vez, é da opinião de que as associações da Acção Católica sempre foram autónomas face às estruturas corporativas, e que essa autonomia aumentou a partir de 1945.¹⁰⁶ Os próprios dirigentes políticos da época consideravam que a Acção Católica conseguia mesmo rivalizar com a União Nacional na conquista de quadros, funcionando como uma espécie de “base de partido político”.¹⁰⁷

Esses movimentos tinham também um determinado perfil doutrinário, com um eixo central na revitalização da ideia de direito natural. Nas intervenções que os membros da *ala liberal* fizeram na Assembleia Nacional, assim como em artigos de opinião e textos diversos, deparamos com uma antropologia filosófica que concebe o indivíduo como anterior ao Estado, ao direito positivo e à História. A “pessoa” era portadora de direitos universais intrínsecos, ou seja, consubstanciais à natureza humana. Nesse sentido, o indivíduo — e não os grupos sociais como a família, o grupo profissional ou a nação — era a unidade política e social fundamental, já que só ele possuía a consciência moral da sua autonomia e, logo, da sua liberdade. Era por isso que o homem partilhava, assim, na sua própria natureza, a ordem da justiça, que estava acima da ordem legal e à qual impunha limites. Em especial, a acção do Estado e dos poderes públicos encontrava aqui uma barreira intransponível que, a ser violada, ia contra uma ordem universal da justiça.¹⁰⁸

Esta concepção do homem e da sociedade impelia os liberais a privilegiar a dimensão social do catolicismo e a uma crítica do que designavam a “aliança entre o trono e altar”, ou seja, a aliança da Igreja Católica com o Estado na defesa de privilégios mútuos. Para marcar a sua posição em relação aos sectores mais tradicionais da Igreja Católica, os liberais adoptavam uma visão militante do catolicismo: os princípios da igreja conciliar deviam impregnar todos os aspectos da vida quotidiana, como a vida profissional, as relações inter-pessoais e, obviamente, a vida dos homens em comunidade, ou seja, a política.¹⁰⁹

Determinadas reflexões dos deputados da *ala liberal*, desenvolvidas quer na arena parlamentar, quer em escritos diversos, colocavam também fortes dúvidas sobre a capacidade do governo em realizar políticas públicas. O governo encontraria sempre fortes dificuldades em estimular o desenvolvimento socioeconómico, pois o sistema burocrático que o suportava era ineficiente e arcaico. Uma burocracia moderna baseava-se sobretudo no planeamento

económico como instrumento privilegiado de adopção de políticas e num modo de pensar estatístico e prospectivo. E a guerra colonial só vinha agravar esta situação. Como afirmava Correia da Cunha, “a realidade ultramarina” era “um forte travão ao (...) desenvolvimento”.¹¹⁰

Estas questões — formuladas também pelos deputados da *ala liberal* que eram quadros do sector público — levam a que se coloque como futura área de investigação o desenvolvimento da burocracia estatal no regime autoritário. Nesta perspectiva, as atitudes políticas das elites burocráticas e as eventuais tensões e conflitos entre sectores do Estado terão certamente um papel importante na explicação da dinâmica política da liberalização marcelista.¹¹¹

No estudo da *ala liberal*, para além da análise da sua actividade parlamentar,¹¹² será ainda necessário desenvolver duas vias de investigação. Em primeiro lugar, a sua actividade política extraparlamentar. A análise de possíveis aproximações a outros grupos da oposição durante o período 1969-1973 é vital para se compreender a dinâmica e a força dos grupos reformistas no interior do regime autoritário. No entanto, podemos considerar que em 1969 havia já fortes pontos de contacto entre este grupo e a oposição socialista e republicana, em virtude de um passado comum partilhado em associações de estudantes, associações profissionais e cooperativas culturais, o que teria permitido alguma aproximação ideológica como, por exemplo, a rejeição da tecnocracia como via de evolução política, identificada com o projecto marcelista.¹¹³ Outra dimensão da actividade extraparlamentar seriam as redes de sociabilidade e de convergência política que os deputados da *ala liberal* desenvolveram após as eleições de 1969, não só com agrupamentos da oposição, mas com a sociedade civil em geral¹¹⁴ e com sectores da burocracia estatal.¹¹⁵

Em segundo lugar, haveria que comparar o perfil sociológico e a actividade política deste sector da *semioposição* com o perfil de grupos similares de outros regimes autoritários. Este aspecto é decisivo para depois se colocarem hipóteses explicativas sobre a própria dinâmica de transformação deste tipo de regimes. Através da comparação é possível destacar a especificidade sociológica das diversas *semioposições*, e só assim compreender por que razões em determinados casos históricos estas constituíram sectores políticos centrais nos processos de liberalização e transição para a democracia e noutros desempenharam um papel marginal.¹¹⁶

Notas

- (*) Versão revista de um capítulo de *A “ala liberal” da Assembleia Nacional (1969-1973): Acção Parlamentar e Perfil Sociológico*, tese de mestrado em economia e sociologia históricas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Junho de 1999. Queríamos aqui exprimir os nossos agradecimentos aos comentários e sugestões dos professores Pedro Tavares de Almeida, Margarida

Marques e Jorge Pedreira e dos nossos colegas João Pedro George e Miguel Bandeira Jerónimo.

- 1 Francisco Sá Carneiro, *Uma Tentativa de Participação Política*, Lisboa, Moraes Editores, 1971, p. 20.
- 2 Intervenção de José da Silva na Assembleia Nacional, motivada pelo V Congresso da União Nacional. Vd. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, n.º 27, 26 de Fevereiro de 1970, p. 496.
- 3 *Idem*. Na realidade, já em Fevereiro de 1969, numa carta dirigida a Mário Soares, Francisco Pinto Balsemão considerava que a “falta de programa” afectava tanto a oposição como o governo. E acrescentava: “todos estamos de acordo que os problemas (educacionais, económicos, sociais e, consequentemente, políticos) existem” e que “é preciso resolvê-los bem e depressa. Mas nem o governo, nem os sociais-democratas, nem os outros hipotéticos grupos oposicionistas dizem aos simples cidadãos (...) como tencionam resolver os grandes problemas nacionais”. Vd. *Carta de Francisco Pinto Balsemão a Mário Soares*, de 26 de Fevereiro de 1969, Arquivo Mário Soares.
- 4 Depoimento de Francisco Pinto Balsemão, em António Valdemar (org.), *Ser ou Não Ser Pelo Partido Único*, Editora Arcádia, 1973, p. 177.
- 5 Francisco Pinto Balsemão, *Mentalização para a Eficiência*, Lisboa, 1969, p. 14.
- 6 António Reis, “Onde está a “Terceira Força”?”, *Seara Nova*, n.º 1532, Junho de 1973, p. 3 e “Para onde vai a “Terceira Força”?”, *idem*, n.º 1534, Agosto de 1973, pp. 5-6.
- 7 Juan Linz, citado por Nancy Bermeo, em “Redemocratização e eleições de transição: uma comparação entre Espanha e Portugal”, *A Teoria da Democracia e as Realidades da Europa do Sul: Ensaíos*, Lisboa, Difel, 2000, p. 160.
- 8 Juan Linz, “Totalitarian and authoritarian regimes”, em Fred I. Greenstein, Nelson Polsby (orgs.), *Handbook of Political Science*, vol. III, Reading, Ma., Addison-Wesley, 1975, p. 272.
- 9 Como critério de pertença à *ala liberal* foi considerada a actividade política (parlamentar e extra-parlamentar) dos deputados. Um primeiro indicador foi a subscrição do projecto-lei de revisão constitucional n.º 6/X, da autoria de Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e João Bosco Mota Amaral, cujo debate na generalidade se iniciou em Julho de 1971, e que incluía os seguintes deputados: Alberto Eduardo Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (Lisboa), António Bebiano Correia Henriques Carreira (Leiria), Francisco José Pereira Pinto Balsemão (Guarda), Francisco Manuel Lumbrals de Sá Carneiro (Porto), João Bosco Soares Mota Amaral (Ponta Delgada), João José Ferreira Forte (Castelo Branco), João Pedro Miller Pinto Lemos Guerra (Lisboa), Joaquim Carvalho Macedo Correia (Porto), Joaquim Germano Pinto Machado Correia da Silva (Porto), Joaquim Jorge Magalhães Saraiva da Mota (Santarém), José Gabriel Mendonça Correia da Cunha (Santarém), Manuel Joaquim Montanha Pinto (Angola), Manuel Martins da Cruz (Coimbra), Olímpio da Conceição Pereira (Setúbal), Rafael Valadão dos Santos (Angra do Heroísmo). José Pedro Pinto Leite, considerado o líder inicial do grupo, falece em Julho de 1970. Os deputados José da Silva (Porto), Maria Raquel Ribeiro (Lisboa) e Tomás Oliveira Dias (Leiria) foram também incluídos, pois a sua actividade parlamentar demonstra uma grande constância no apoio a outras

medidas legislativas de alguns membros deste primeiro grupo. Tomás Oliveira Dias e José da Silva foram ainda (juntamente com Joaquim Magalhães Mota) os organizadores do “Encontro de Reflexão Política”, um colóquio realizado em Lisboa a 28 e 29 de Julho de 1973 e que ficou conhecido como o “congresso dos liberais”. Sobre este colóquio vd. Magalhães Mota, Oliveira Dias, José da Silva (orgs.), *Encontro de Reflexão Política*, Lisboa, Moraes Editores, 1973. Sobre o significado democratizador do projecto-lei de revisão constitucional, vd. Tiago Fernandes, *ob. cit.*, pp. 76-84. Vd. também *Revisão da Constituição Política: Discurso dos Deputados Subscritores do Projecto Sá Carneiro*, Porto, Figueirinhas, 1971; e Jorge Miranda, *Inconstitucionalidade da Revisão Constitucional*, 1971. *Um Projecto de Francisco Sá Carneiro*, Lisboa, Assembleia da República, 1997.

- 10 Fontes: *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, X legislatura, 4 vols., Lisboa, 1971-1975; processos individuais dos deputados liberais depositados no Arquivo Histórico da Assembleia da República; João Palma-Ferreira (coord.), *As Eleições de Outubro de 1969: Documentação Básica*, Publicações Europa-América, 1970; Maria João Avelaz, *Francisco Sá-Carneiro: Solidão e Poder*, Lisboa, Cognitio, 1983; José Freire Antunes (org.), *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, 2 vols., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1985; António Valdemar (org.), *Ser ou Não Ser pelo Partido Único*, Lisboa, Arcádia, 1973; João Pedro Miller Guerra, *Curriculum Vitae*, Lisboa, 1956; Joaquim Pinto Machado, *Curriculum Vitae*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1968; Silva Pinto (org.), *Ser ou Não Ser Deputado*, Lisboa, Arcádia, 1973.
- 11 Aqui a metodologia seguida — uma análise estrutural da elite — foi inspirada nos seguintes estudos: Pedro Tavares de Almeida, *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na “Regeneração” (1851-1890)*, Lisboa, FCSH-UNL, 1995; Lawrence Stone, “Prosopography”, em *The Past and the Present Revisited*, Londres, 1981, pp. 45-73; Harold D. Lasswell, Daniel Lerner (orgs.), *World Revolutionary Elites*, Cambridge, Ma, The MIT Press, 1967; Robert D. Putnam, *The Comparative Study of Political Elites*, Nova Jérсия, Prentice-Hall, 1976, pp. 20-44 e 107-132; Dankwart Rustow, “The Study of Elites”, *World Politics*, XVIII (4), Julho de 1966, pp. 690-717.
- 12 Abordagem inspirada em Barrington Moore, Jr., “Who were the nazis?”, em *Injustice. The Social Bases of Obedience and Revolt*, Nova Iorque, M. E. Sharpe, 1978, pp. 400-411.
- 13 Paul H. Lewis, “Salazar’s Ministerial Elite, 1932-1968”, *The Journal of Politics*, vol. 40, 1978, p. 633. Os dados são para o ano de 1968.
- 14 João Bosco Mota Amaral, “Com vista às eleições”, *Rumo*, 146, Abril de 1969, p. 288.
- 15 João Bosco Mota Amaral, “Um passo em que sentido?”, *Rumo*, 143, Janeiro de 1969, p. 38.
- 16 Depoimento de Joaquim Magalhães Mota, em Silva Pinto, *ob. cit.*, p. 114.
- 17 Francisco Pinto Balsemão, *Mentalização para a Eficiência*, p. 19.
- 18 *Idem*, p. 21.
- 19 *Idem*, pp. 25-26.
- 20 Francisco Sá-Carneiro, “Primeiro discurso político, proferido na sessão de propaganda eleitoral realizada em Matosinhos, em 12.10.69”, *Textos: 1969-73*, vol. I, Lisboa, 1981, p. 19.

- 21 Francisco Pinto Balsemão, *ob. cit.*, p. 30
- 22 Philippe C. Schmitter, "O regime de excepção que se tornou a norma: 48 anos de domínio autoritário em Portugal", em *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, p. 35
- 23 *Diário das Sessões*, n.º 98, 29 de Abril de 1971, pp. 1966-1967.
- 24 *Idem*, p. 1967.
- 25 Joaquim Magalhães Mota declarou na Assembleia Nacional que: "em termos políticos, a emigração era como se votassem contra nós"; *idem*, n.º 98, 29 Abril de 1971, p. 1968.
- 26 *Idem*.
- 27 Não foi possível estabelecer com rigor as origens sociais dos deputados dos dois grupos em virtude de não possuímos informação suficiente sobre a sua origem familiar. Mesmo assim, uma análise das profissões dos próprios deputados aponta no sentido aqui defendido, ou seja, de um recrutamento nas classes média e alta.
- 28 António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1996, p. 89.
- 29 Intervenção de Alberto Alarcão e Silva, *Diário das Sessões*, n.º 258, 30 de Abril de 1973, p. 5334.
- 30 José Correia da Cunha, "O desenvolvimento regional, factor de promoção rural", sep. de *Arquivo Coimbrão*, vols. XXI-XXII, 1965, p. 7.
- 31 Alberto Alarcão e Silva, "O empresário agrícola numa agricultura progressiva", sep. de *Revista Agronómica*, vol. 40, tomos II, III e IV, 1972, p. 3.
- 32 *Idem*, p. 8.
- 33 Alberto Alarcão e Silva, *Êxodo Rural, Migrações e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, 1963, pp. 18-19; vd. também do mesmo autor, "Algumas incidências sociais e humanas do êxodo rural", sep. de *Revista Agronómica*, vol. XLV, tomo II, 1962, pp. 119-140 e "Êxodo rural e atracção urbana no Continente", *Economia e Finanças*, vol. XXXII, tomo I, 1964, pp. 31-109.
- 34 *Diário das Sessões*, n.º 74, 30 de Janeiro de 1971, p. 1532.
- 35 Para a primeira legislatura do Estado Novo, vd. Philippe C. Schmitter, *ob. cit.*, p. 30; para a Câmara Corporativa, vd. do mesmo autor "O Corporativismo e a política pública em Portugal", *ob. cit.*, p. 140; e para a elite ministerial, vd. Paul H. Lewis, *ob. cit.*, p. 644.
- 36 Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 208-211.
- 37 Carta de Francisco Pinto Balsemão a Marcelo Caetano, de 6.12.1970, em José Freire Antunes (pref. e org.), *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, vol. I, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1985, p. 302. Já antes das eleições Francisco Pinto Balsemão reivindicava que fosse "reconhecido o direito à informação, (...) que os chamados órgãos de informação — jornais, rádio, televisão —" pudessem "exercer as suas verdadeiras e fundamentais funções: informar, orientar, interpretar". Vd. Francisco Pinto Balsemão, "Respirar de Outra Maneira", *O Tempo e o Modo*, 62/63, Julho/Agosto de 1968, p. 639.
- 38 "Nota Enviada a Melo e Castro", em "Os documentos ignorados ou esquecidos de José Pedro Pinto Leite", *Expresso-Revista*, 13.1.1973. Vd. também a intervenção de

- José Pedro Pinto Leite na Assembleia Nacional a 11 de Abril de 1970 sobre “Política Nacional e Relações Internacionais”. Para Pinto Leite era a “patente vocação europeia” de Portugal que devia orientar o seu desenvolvimento económico. *Diário das Sessões*, n.º 33, 11 de Abril de 1970, p. 668 e segs. Essa intervenção seria depois publicada sob a forma de livro. Vd. José Pedro Pinto Leite, *Política Nacional e Relações Internacionais*, Lisboa, Moraes Editores, 1970.
- 39 Intervenção de Joaquim Macedo, *Diário das Sessões*, 10 de Dezembro de 1970, p. 1107.
- 40 Para Joaquim Macedo Correia, era necessário que se pusesse um fim às orientações da política industrial. Este deputado considerava que a política proteccionista que então vigorava, apoiada em infra-estruturas de produção e de transformação de energia, orientada para o mercado interno e baseada na substituição de importações, tinha originado uma falta de investimento por parte dos “pequenos e médios industriais”. Era ainda uma política desactualizada, em virtude de considerar a integração económica na Europa ser irreversível. Este deputado propunha antes que a indústria se orientasse para os mercados externos. Era também esse o sentido da intervenção de Tomás Oliveira Dias, para quem a revisão do condicionamento industrial não implicava que se abandonasse totalmente “a intervenção do Estado” na economia, procurando antes que este tivesse um papel impulsionador e orientador do empresário privado, prevendo para o efeito até a criação de “empresas mistas ou públicas”. Vd. *idem*, 10 de Dezembro 1970, p. 1107 e p. 1130.
- 41 Intervenção de Joaquim Macedo Correia, *idem*, p. 1107.
- 42 Segundo este deputado, estava-se numa situação em que era muito difícil a novos agentes económicos investirem na indústria, restando-lhes apenas canalizar os seus capitais para depósitos bancários ou para aplicações em bens imobiliários.
- 43 Intervenção de Tomás Oliveira Dias, *Diário das Sessões*, n.º 54, 11 de Dezembro de 1970, p. 1130.
- 44 Seis dos 14 advogados eram também notários e/ou conservadores de registo.
- 45 Apesar de não ter sido contabilizado como tal, Francisco Pinto Balsemão também era advogado.
- 46 Francisco Sá Carneiro, “A proibição de dissolução dos casamentos canónicos por divórcio no Novo Código Civil”, em *Uma Tentativa de Participação Política*, p. 115. Francisco Sá Carneiro pertencia a uma família com uma forte tradição profissional na advocacia. O pai, José Gualberto de Sá Carneiro, um conhecido advogado do Porto, havia adquirido uma revista de reflexão jurídica, a *Revista dos Tribunais*, onde quase toda a família desempenhava funções. Repare-se na seguinte descrição: o “escritório (da revista) ficava (...) na Rua da Picaria, no primeiro andar do n.º 36, mesmo em frente à casa familiar. E todos os dias (...) pai, filhos, filha, interrompiam a sua actividade, atravessavam a rua e vinham, às cinco horas, tomar chá com a mãe (...) Só quase se falava de problemas relacionados com o *Direito*”. Maria João Avillez, *ob. cit.*, p. 16. Sá Carneiro publicaria nessa revista diversos artigos críticos das disposições legais do regime do Estado Novo. Por si só, este contexto familiar e a própria revista mereciam um estudo, que não pode obviamente ser aqui desenvolvido. No entanto, é de colocar a hipótese de num

meio familiar politicamente conservador [o pai de Francisco Sá Carneiro havia sido deputado, a mãe vereadora da Câmara Municipal do Porto e o tio materno, João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), assistente de Salazar na Universidade de Coimbra e ministro em diversas ocasiões] existir uma cultura profissional, de tipo jurídico, transmitida de geração para geração, onde estariam presentes determinados princípios como os direitos do homem, a separação entre Estado e sociedade civil e a noção de uma justiça imparcial e autónoma dos poderes políticos. Nesse sentido, parte da acção política de Francisco Sá Carneiro poderia ser vista como a transposição para a esfera pública de valores profissionais cultivados no seio da família. Isto não deve ser interpretado como contraditório com a natureza não democrática do regime. Na verdade, a sobrevivência da noção de primado da lei (*rule of law*) é um dos elementos que distingue os regimes autoritários dos regimes totalitários. Para uma reflexão sobre esta temática, de teor comparativo, com referências a Portugal vd. Juan Linz e Alfred Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1996, pp. 248-249. Refira-se ainda que estas hipóteses parecem estar de acordo com a ideia de que a cultura política das elites dos regimes autoritários é uma cultura compósita, difusa e pouco desenvolvida, misturando elementos aparentemente contraditórios. Sobre a noção de cultura política aqui avançada vd. Juan Linz, "Totalitarian and authoritarian regimes", pp. 266-271 e Hank Johnston, "Toward an explanation of church opposition to authoritarian regimes: religio-oppositional subcultures in Poland and Catalonia", *Journal for the Scientific Study of Religion*, 4, Dezembro de 1989, pp. 493-507 (em particular as pp. 501-2, com o subtítulo "The domestic basis of religio-oppositional subcultures").

- 47 Francisco Sá Carneiro, "O advogado perante o processo penal", conclusões apresentadas ao Congresso da Ordem dos Advogados em Novembro de 1972, em Francisco Sá Carneiro, *Textos*, p. 307.
- 48 *Diário das Sessões*, n.º 6, 12 de Dezembro de 1969, pp. 69-70. Para Sá Carneiro, o reforço das garantias de defesa dos arguidos presos, consubstanciado na possibilidade de o advogado assistir aos interrogatórios desses arguidos, era um primeiro passo para se "evitar violências e prepotências por parte das autoridades". Vd. as seguintes iniciativas legislativas de Francisco Sá Carneiro: projecto-lei de revisão constitucional, *Diário das Sessões*, n.º 102, 17 de Junho de 1971, p. 2051 e segs; as medidas que procuravam a alteração da proposta de lei governamental de organização judiciária, *Diário das Sessões*, n.º 162, 25 de Fevereiro de 1972, p. 3241 e segs; sobre os projectos-lei "Amnistia de Crimes Políticos e faltas Disciplinares", "Liberdade de Associação", "Liberdade de Reunião", "Funcionários Cívicos", "Alteração ao Código Civil" (divórcio e separação de pessoas e bens) e "Organização Judiciária", que não seriam submetidos à discussão na Assembleia, vd. Francisco Sá Carneiro, *Textos*, pp. 51-53; vd. ainda Silva Pinto, *ob. cit.*, pp. 137-155.
- 49 Philippe C. Schmitter, "O corporativismo e a política pública em Portugal", *ob. cit.*, p. 169.
- 50 *Diário das Sessões*, n.º 5, 11 de Dezembro de 1969, p. 55.

- 51 José Correia da Cunha, *Desenvolvimento Económico-Social da Beira: Objectivos e Realidades*, Coimbra, Comissão de Desenvolvimento Económico-Social, 1967, p. 7
- 52 Intervenção de José Correia da Cunha, *Diário das Sessões*, n.º 97, 28 de Abril de 1971, p. 1928.
- 53 José Correia da Cunha, *Desenvolvimento Económico-Social da Beira*, p. 7.
- 54 Intervenção de José Correia da Cunha, *Diário das Sessões*, n.º 97, 28 de Abril de 1971, p. 1928. Vd. também a acção conjunta destes dois deputados na proposta de lei de protecção da natureza, da autoria de Alberto Alarcão e Silva. Esta proposta, segundo Alberto Alarcão e Silva, destinava-se à defesa e salvaguarda da “paisagem rural”. *Diário das Sessões*, 29 de Abril de 1970, p. 925. José Correia da Cunha, na sessão de 9 de Abril de 1970, fez uma intervenção sobre a política de ordenamento do território, onde anunciou que iria apresentar um aviso prévio denominado “O Ordenamento do Território, base de uma política de desenvolvimento económico e social”. Os princípios constitutivos desse aviso prévio eram os seguintes: a evolução das economias modernas e o factor espaço, a noção de espaço humanizado, o desenvolvimento regional para o desenvolvimento integral, a importância do aproveitamento dos recursos hídricos e a necessidade de coordenar acções no âmbito da península ibérica; *idem*, n.º 31, 9 Abril de 1970.
- 55 Refira-se que Miller Guerra, com a chegada de Marcelo Caetano à presidência do conselho, foi nomeado membro do Grupo Executivo de Inquérito ao Ensino Superior a 5.12.1969. *O Tempo e o Modo*, n.º 67, Janeiro de 1969, p. 12.
- 56 Miller Guerra, “Tradição e modernidade nas faculdades de medicina”, em *Progresso na Liberdade*, Lisboa, Moraes Editores, 1973, pp. 78-79; originariamente publicado em *Análise Social*, n.º 22-23, vol. VI, 1968.
- 57 J. P. Miller Guerra, Adérito Sedas Nunes, “A crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões”, em Adérito Sedas Nunes (org.), *O Problema Político da Universidade*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1970, p. 28.
- 58 *Idem*, p. 32.
- 59 Miller Guerra, “Tradição e modernidade nas faculdades de medicina”, *ob. cit.*, pp. 150-151; originariamente publicado em *Análise Social*, n.º 22-23, vol. VI, 1968.
- 60 *Idem*, p. 162.
- 61 *Idem*, p. 169.
- 62 *Idem*, p. 36.
- 63 Intervenção de Joaquim Pinto Machado, *Diário das Sessões*, n.º 152, 26 de Janeiro de 1972, p. 3077.
- 64 Francisco Pinto Balsemão, *Mentalização para a Eficiência*, p. 19.
- 65 Francisco Sá-Carneiro, *Textos*, p. 11.
- 66 Há, contudo, que assinalar que as fontes consultadas indicam que a maior parte dos deputados da X legislatura não era filiada na União Nacional. Este facto é por si significativo e confirma a tese de Manuel Braga da Cruz de que esta organização não era o canal exclusivo de recrutamento político da elite parlamentar do regime. Como refere este autor, os “deputados independentes, não pertencentes à União Nacional, (...) constituíram até a maioria de todos os deputados do regime: 54,2%” Vd. Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 210.

- 67 Sobre a ideia de que a participação cívica e a actividade política tendem a reforçar-se reciprocamente vd. Alexis de Tocqueville, "Rapports des associations civiles et des associations politiques", *De la Democratie en Amérique*, vol. II, Paris, Flammarion, 1981, pp. 147-152 [ed. orig. 1835 e 1840].
- 68 Francisco Sá-Carneiro, *Textos*, p. 22.
- 69 No caso de Miller Guerra, a entrada na vida política significou a continuidade de sociabilidades criadas nos movimentos académicos. Pertenceu com Melo e Castro à direcção da Associação Académica de Coimbra, o mesmo Melo e Castro que seria um dos mentores da renovação da Assembleia Nacional nas eleições de 1969 e que convidaria Miller Guerra para o candidato a deputado. O artigo escrito por Miller Guerra na *Via Latina*, o jornal da Associação Académica de Coimbra, é dedicado "ao José Guilherme". Vd. João Pedro Miller Guerra, "Nós, os que ainda somos estudantes", *Via Latina*, Coimbra, Associação Académica de Coimbra, número único comemorativo do IV Centenário da Universidade, Dezembro de 1937, pp. 20-21. Vd. também Francisco Salgado Zenha, "João Pedro e Celestino", *O Expresso*, 1.5.1993, p. A6.
- 70 Entrevista a Joaquim Magalhães Mota, Maio de 2000. Refira-se também que alguns membros da *ala liberal* já se conheciam desde a universidade, como Pinto Leite e Joaquim Magalhães Mota. Por sua vez o primeiro tinha sido colega de Francisco Sá Carneiro no curso de direito e, segundo Magalhães Mota, eram ambos parentes afastados. Vd. Joaquim Magalhães Mota, "Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro", em Fernando Rosas, José Maria Brandão de Brito (org.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 125.
- 71 Foram contabilizados como tendo pertencido à Acção Católica os seguintes deputados da *ala liberal*: Francisco Sá Carneiro, Joaquim Macedo Correia (União Católica de Industriais e Dirigentes de Trabalho), Joaquim Magalhães Mota (Cineclube Católico, Juventude Universitária Católica, Escutismo Católico Português), Joaquim Pinto Machado (sector do Porto da Associação de Médicos Católicos Portugueses), Maria Raquel Ribeiro (Associação de Assistentes Sociais da União Católica Internacional de Serviço Social) e Tomás Oliveira Dias (Junta Diocesana da Acção Católica). As outras associações religiosas a que estes deputados pertenciam eram as seguintes: Opus Dei (João Bosco Mota Amaral), Equipa Porto II (Francisco Sá Carneiro e Joaquim Pinto Machado), Movimento da Juventude do Cristo-Rei (Francisco Sá Carneiro) e Círculo de Cultura Católica (Francisco Sá Carneiro).
- 72 Francisco Sá Carneiro, "Resposta ao inquérito do Jornal de Notícias sobre o tema divórcio", *Textos*, p. 359.
- 73 José da Silva, *Os Direitos e Deveres Naturais do Homem e as Funções do Estado Segundo a "Pacem in Terris"*, Porto, ed. do autor, 1963.
- 74 Francisco Sá Carneiro, Processo n.º 40186, Relatório Semanal/21-27 de Maio de 1967, Arquivo PIDE-DGS, ANTT. Sá Carneiro concluía a sua intervenção afirmando que "a terra foi dada a todos e não apenas aos ricos" e que a adopção dos princípios da encíclica no código civil implicaria a liberdade de associação e um "sindicalismo plural".
- 75 Manuel Braga da Cruz considera que "o caso do Bispo do Porto (...) é a

manifestação mais evidente de uma crescente insatisfação católica perante o regime, que se vai traduzir politicamente em termos de crítica e de oposição". Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Bizâncio, 1988, p. 157.

- 76 Cartas de Francisco Sá Carneiro a Marcelo Caetano, de 12.5.1969 e de 15.5.1969, em José Freire Antunes, *ob. cit.*, pp. 311-313; Carlos Azeredo, "O meu testemunho sobre Francisco Sá Carneiro", *Povo Livre*, 4.12.1990, p. 6; Amândio de Azevedo, "Sá Carneiro reabilitou a actividade política", *idem*, p. 5.
- 77 Joaquim Macedo, "D. António e o diálogo entre Igreja e modernidade", em AA.VV., *D. António Ferreira Gomes: Nos 40 Anos da Carta do Bispo do Porto a Salazar*, Lisboa, Multinova, 1998, p. 66; vd. também Joaquim Pinto Machado, "O Bispo do Porto ao serviço da Fé e da Cultura — ao serviço do Homem", separata de *Humanística e Teologia*, tomo VII, 2, Maio-Agosto de 1986, e José da Silva, "Discurso proferido em 23.10.1969 na sessão de esclarecimento eleitoral promovida em Amarante pela União Nacional", em *Razões de uma Candidatura*, Athena, Porto, 1969. No contexto da campanha eleitoral das eleições para a Assembleia Nacional em 1969, se analisarmos a primeira versão do comunicado dos candidatos independentes do Porto, observamos como procuraram evitar ser conotados com o círculo do bispo do Porto. As referências de que a sua candidatura era "desligada de pressões partidárias e confessionais" e ao "condicionalismo sócio-religioso" da época acabaram por ser retiradas do comunicado publicado na imprensa a 28 de Setembro de 1969. Vd. Francisco Sá Carneiro, "Projecto de comunicado", *Textos*, pp. 11-12.
- 78 Miller Guerra, "Entrevista ao jornal República, 27.4.1972", *Progresso na Liberdade*, Lisboa, Moraes Editores, 1973, pp. 384.
- 79 Entrevista a Joaquim Magalhães Mota, Maio de 2000.
- 80 Joaquim Magalhães Mota, "Memória duma conversa — Maio de 1974", em AA.VV., *ob. cit.*, p. 72.
- 81 César Oliveira, *Os Anos Decisivos: Portugal, 1962-1985: Um Testemunho*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 104.
- 82 Maria João Avillez, *ob. cit.*, p. 42.
- 83 Esse encontro não seria, no entanto, autorizado pelo Administrador apostólico. António Leite de Castro, "D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto (na memória de um membro da Igreja dessa cidade)", em AA.VV., *ob. cit.*, p. 66.
- 84 Vd. Padre José da Felicidade Alves (org.), *Católicos e Política: De Humberto Delgado a Marcelo Caetano*, Lisboa, s. d., p. 177.
- 85 *Idem*, p. 181. Este movimento de católicos serviu como uma espécie de laboratório para testar a possibilidade de um movimento democrata-cristão em Portugal. Pinto Leite era um dos seus mentores, e essas iniciativas estariam depois na origem do Movimento de Resistência Cristã, do qual Pinto Leite foi membro do directório, e que duraria entre 1965 e 1967. Vd. João Bénard da Costa, "Nós, os vencidos do catolicismo", *O Independente*, Caderno Vida, 14 de Agosto de 1997, pp. 29-30.
- 86 José Pedro Pinto Leite, Processo n.º 37694, Arquivo PIDE-DGS, ANTT; esse manifesto de apoio à oposição democrática, da iniciativa de católicos de Lisboa

- ligados à revista *O Tempo e o Modo*, procuraria, pela iniciativa de Pinto Leite, conseguir a assinatura de Francisco Sá Carneiro (ou seja, dos grupos católicos do Porto), se bem que sem sucesso. Vd. João Bénard da Costa, *ob. cit.*, p. 32.
- 87 Ruud J. Bunnik, "Grupos solidários na Europa ocidental", *Concilium: Revista Internacional de Teologia*, 68 (8), 1971, p. 944.
- 88 *Idem*, p. 950. Também na reflexão sobre as relações internacionais houve um reflexo conciliar nos deputados da *ala liberal*. Vd. João Bosco Mota Amaral, "Desarmamento e fome", *Rumo*, n.º 96, Fevereiro de 1965, pp. 107-109, e "A Mensagem de Hiroshima", *idem*, n.º 103, Setembro de 1965, pp. 197-199.
- 89 Carta de José da Silva a Marcelo Caetano, de 9.3.1970, em José Freire Antunes, *ob. cit.*, p. 229.
- 90 Foram contabilizados como tendo pertencido a associações culturais os seguintes deputados da *ala liberal*: Francisco Sá Carneiro (Cooperativa de Promoção Cultural "Confronto"), João Bosco Mota Amaral (Cine-Clube Universitário de Lisboa), João Pedro Miller Guerra (Comissão Portuguesa para as Relações Culturais Europeias, Centro Nacional de Cultura), José Correia da Cunha (União Geográfica Internacional), José Pedro Pinto Leite (Grémio Literário e Centro Nacional de Cultura). De todas estas associações só aquela a que Correia da Cunha pertencia é que não terá desempenhado um papel político. Refira-se que esta lista não é exaustiva de todas as associações culturais a que estes deputados pertenciam.
- 91 António Reis, "Cooperativas culturais", em Fernando Rosas, José Maria Brandão de Brito (orgs.), *ob. cit.*, pp. 211-212.
- 92 César Oliveira, *ob. cit.*, p. 96. Como realçava um relatório da PIDE, no colóquio organizado pela cooperativa Confronto sobre "O divórcio e o novo Código Civil" em 3.12.1966, estava presente "uma das figuras mais proeminentes do sector oposicionista local — o dr. Artur Santos Silva". Vd. Francisco Sá Carneiro, Processo n.º 40186, Relatório n.º 32/66, Arquivo PIDE-DGS, ANTT. Era uma associação com "uma particularidade": os seus membros eram quase todos "católicos convictos", se bem que não se pudesse afastar a "hipótese (...) de adesão às correntes políticas conhecidas por 'progressivismo católico'". Vd. Francisco Sá Carneiro, Processo n.º 40186, Relatório n.º 662/67, Arquivo PIDE-DGS, ANTT. Vd. também Silas Cerqueira, "L'église catholique et la dictature corporatiste portugaise", *Revue Française de Science Politique*, XXIII (3), Junho de 1973, p. 511.
- 93 Vd. *Diário das Sessões*, n.º 66, 15 de Janeiro de 1971, p. 1347 e n.º 79, 6 de Fevereiro de 1971, p. 1598 (revisão da concordata); *Diário das Sessões*, n.º 115, 1 de Julho de 1971, p. 2327, ao n.º 118, 16 de Julho de 1971, p. 2473 (proposta de lei de liberdade religiosa).
- 94 CNC: *50 Anos de Vida*, Lisboa, Edição do Centro Nacional de Cultura, 1995, p. 29. César de Oliveira refere que organizou o mesmo curso de formação sindical na cooperativa Confronto e no CNC. Vd. César Oliveira, *ob. cit.*, p. 96. Convém também destacar o papel de Pinto Leite. Com ligações fortes aos sectores da oposição socialista e católica, mas também à própria elite governante, sobretudo a Melo e Castro na União Nacional, tinha sido ele a pensar na ideia de se utilizar a Assembleia Nacional como tribuna oposicionista. (Entrevista a Joaquim Magalhães Mota, Maio de 2000). Sobre o Centro Nacional de Cultura como centro

- congregador de diversos sectores da oposição, vd. João Pedro George, *O Campo Literário em Portugal(1960-1995): Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos*, tese de mestrado em Economia e Sociologia Histórias, Departamento de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa — FCSH, 1998, pp. 128-136.
- 95 Entrevista a Joaquim Magalhães Mota, Maio de 2000; vd. também João Bénard da Costa, “A rapaziada dos cineclubes”, *Histórias do Cinema*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1991, pp. 106-107.
- 96 João Bosco Mota Amaral, Processo n.º 5058, Arquivo PIDE/DGS, ANTT.
- 97 Foram contabilizados como membros deste tipo de associações os seguintes deputados da *ala liberal*: Alberto Alarcão e Silva (Ordem dos Engenheiros), Francisco Pinto Balsemão (Clube Português de Publicitários), Francisco Sá Carneiro (Ordem dos Advogados), João Pedro Miller Guerra (Ordem dos Médicos), Joaquim Magalhães Mota (Sociedade Jurídica Lisbonense), Joaquim Pinto Machado (Sociedade Anatómica Portuguesa), Maria Raquel Ribeiro (Serviço Social Internacional). Refira-se que esta lista não é exaustiva de todas as associações profissionais a que estes deputados pertenciam. Também as associações profissionais congregavam indivíduos de formação política muito diversa. Para uma relação dos diversos órgãos dirigentes da Ordem dos Advogados vd. Alberto Sousa Lamy, *A Ordem dos Advogados Portugueses: História, Órgãos, Funções*, Lisboa, Ordem dos Advogados/Conselho Geral, 1984.
- 98 *O Tempo e o Modo*, n.º 64/65/66, Out. /Nov. /Dez. de 1968, p. 944.
- 99 Miller Guerra, “A falta de médicos”, *Ensaio*, Lisboa, Livraria Morais Editora, 1965, p. 241; *O Tempo e o Modo*, *idem*, p. 945. Vd. Ordem dos Médicos, *Estudo sobre a Carreira Médica: Relatório da Comissão Eleita pela Assembleia Extraordinária da Secção Regional de Lisboa*, Lisboa, 1959; Ordem dos Médicos, *Estudo sobre a Carreira Médica: Relatório da Comissão Eleita pela Assembleia Extraordinária da Secção Regional do Porto*, Porto, 1960; Miller Guerra e F. Tomé, “A profissão médica e os problemas da Saúde e da Assistência”, *Economia e Finanças*, III, (XXXII), 1964, pp. 591-619 (versão resumida do Relatório das Carreiras Médicas); F. A. Gonçalves Ferreira, *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 527-533.
- 100 Francisco Sá Carneiro, “O advogado perante o processo penal”, conclusões apresentadas no Congresso da Ordem dos Advogados em Novembro de 1972, em Francisco Sá Carneiro, *Textos*, p. 307. Neste congresso Francisco Sá Carneiro foi o relator do painel “O papel do advogado na sociedade portuguesa”. Vd. Alberto Sousa Lamy, *ob. cit.*, p. 99.
- 101 Nancy Bermeo, “A democracia e as lições da ditadura”, *ob. cit.*, pp. 107-109.
- 102 Philippe C. Schmitter, “O corporativismo e a política pública em Portugal”, *ob. cit.*, 1999, p. 119. Vd. também Maria de Jesus Serra Lopes, “Ordem dos Advogados”, em António Barreto, Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto Figueirinhas, supl., vol. VIII, 1999, pp. 647-648.
- 103 Sobre o papel da Igreja Católica na protecção de círculos oposicionistas, vd. Hank Johnston, “Toward an explanation of church opposition to authoritarian regimes: religio-oppositional subcultures in Poland and Catalonia”, *Journal for the Scientific Study of Religion*, n.º 4, Dezembro de 1989, pp. 493-507, e Hank Johnston e Josef

- Figa, "The church and political opposition: comparative perspectives on mobilization against authoritarian regimes", *Journal for the Scientific Study of Religion*, n.º 1, Março de 1988, pp. 32-47.
- 104 Sobre os reflexos políticos do Concílio Vaticano II, vd. José Casanova, "Global catholicism and the politics of civil society", *Sociological Inquiry*, n.º 3, Agosto de 1996, pp. 356-373, e Samuel P. Huntington, "Religious changes", em *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman e Londres, University of Oklahoma Press, 1991, pp. 72-85.
- 105 Silas Cerqueira, *ob. cit.*, pp. 507-508. Vd. também António Matos Ferreira, "A Acção católica — questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja católica", em AA.VV., *O Estado Novo: Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, p. 296.
- 106 António Costa Pinto, *Salazar's Dictatorship and European Fascism*, Boulder, Social Science Monographs, 1995, pp. 202-203.
- 107 Franco Nogueira citado por Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 153. A partir do caso do bispo do Porto Salazar passou a olhar a Acção Católica com desconfiança. Vd. Luís Salgado de Matos, "A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português", *Análise Social*, vol. XXXIV, n.º 150, Outono de 1999, pp. 62-63.
- 108 Uma fonte da época que põe em destaque a filosofia política subjacente ao Concílio Vaticano II é Adérito Sedas Nunes, "'Pacem in Terris' no diálogo das ideologias", *Análise Social*, vol. I, n.º 4, Outubro de 1963, pp. 559-580. Sobre o direito natural e as suas implicações políticas vd. John Dunn, "The claim to freedom of conscience: freedom of speech, freedom of thought, freedom of worship?", *The History of Political Theory and Other Essays*, 1996, pp. 100-120.
- 109 A impregnação de orientações religiosas na vida quotidiana estava em oposição a uma prática da fé religiosa centrada exclusivamente nas actividades do culto. Vd. Víctor Pérez-Díaz, "The church and religion in contemporary Spain: an institutional metamorphosis", *The Return of Civil Society: The Emergence of Democratic Spain*, Cambridge, MA e Londres, 1988, pp. 108-183. Contudo, este fenómeno tem também uma base material e é indissociável da defesa dos interesses da Igreja. Neste contexto, as questões relativas ao monopólio do ensino são de grande importância. Sobre os conflitos que se desenvolveram entre o ensino liceal privado, em grande parte constituído por colégios da igreja, e o ensino liceal estatal vd. José da Silva, *Diário das Sessões*, 7 de Dezembro de 1972. Na verdade, a defesa de "monopólios de ensino" é essencial para a sobrevivência da igreja enquanto instituição e foi um tema recorrente em vários momentos históricos em que as diversas confissões religiosas estiveram em conflito com o Estado e o poder político. Sobre esse aspecto vd. Max Weber, "Religious rejections of the world and their directions", em Charles W. Mills, H. H. Gerth (org.), *From Max Weber: Essays in Sociology*, Londres e Boston, Henley, 1977, p. 351.
- 110 *Diário das Sessões*, 10 de Dezembro de 1970, p. 1043.
- 111 António da Silva Leal havia já sugerido esta via de investigação. Vd. António da Silva Leal, "A organização do Estado depois da revolução de 1974", *Análise Social*, XVIII (72-73-74), 1982, p. 938. Sobre o modo de funcionamento interno da

burocracia estatal — em particular sobre os efeitos da politização da actividade burocrática na criação de instituições estatais — uma fonte interessante é Adérito Sedas Nunes, "Histórias, uma história e a História: sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal", *Análise Social*, XXIV, (100), 1988, pp. 11-55. Lawrence S. Graham é da opinião de que a estrutura estatal durante o "marcelismo" era marcada pela "autonomia" e "fragmentação" dos departamentos administrativos. Vd. Lawrence S. Graham "Bureaucratic politics and the problem of reform in the state apparatus", em Lawrence S. Graham e Douglas L. Wheeler (org.), *In Search of Modern Portugal: The Revolution and its Consequences*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1983, p. 226. Como aponta também Vitorino Magalhães Godinho, a "feudalização de poderes", característica dos últimos anos da governação de Salazar, "acentuou-se nos quatro anos de Marcelo Caetano". Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, 1977 [1.ª ed. 1971], p. 194.

- 112 Sobre este aspecto vd. Tiago Fernandes, *ob. cit.*, pp. 5-113.
- 113 Vd. Vitorino Magalhães Godinho, "Socialismo: caminho para o desenvolvimento da Península", em *II Congresso Republicano de Aveiro: Teses e Documentos*, vol. II, Lisboa, 1969, pp. 48-54. Segundo Hermínio Martins, em 1969 estavam já criadas as condições para "uma coligação entre democratas cristãos e socialistas laicos moderados não apenas com propósitos de curto prazo, mas também tendo em vista uma estratégia pós-salazarista de desenvolvimento nacional de longo prazo. "Este autor refere que a causa dessa aproximação teria sido "o crescimento de uma oposição católica" que esbateu "as divisórias" tradicionais entre o "catolicismo e o anticlericalismo". Vd. Hermínio Martins, "Oposição em Portugal", em *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1998, p. 67.
- 114 Vd. o Anexo II da nossa tese de mestrado, com uma lista das cartas de apoio de diversos sectores da sociedade portuguesa recebidas por estes deputados durante o seu mandato parlamentar. Sobre este aspecto um estudo pioneiro é Norman Blume, "SEDES: an example of opposition in a conservative authoritarian state", *Government and Opposition*, n.º 12, 1977, pp. 351-366. Alberto Alarcão e Silva, Francisco Sá Carneiro, Joaquim Pinto Machado e Joaquim Magalhães Mota eram membros da SEDES. José Pedro Pinto Leite foi um dos mentores desta organização, mas falece antes de ela ser legalizada.
- 115 No seguimento deste ponto de vista é de assinalar o facto de dois deputados da *ala liberal* terem ocupado cargos de algum relevo na burocracia estatal. José Correia da Cunha é nomeado presidente da Comissão Nacional do Ambiente em Agosto de 1971 e Maria Raquel Ribeiro é directora-geral da Assistência em 1972. Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, esta deputada era o elo de ligação entre os deputados liberais e o ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência, Baltazar Rebelo de Sousa. Vd. Marcelo Rebelo de Sousa, *Baltazar Rebelo de Sousa*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1999, pp. 301 e 320.
- 116 Como estudo fundador vd. Robert Dahl, *Poliarchy: Participation and Opposition*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1971, em particular os capítulos 1-4.